



Simulado Final

TRT 10

Analista Judiciário - Área Judiciária -
Oficial de Justiça Avaliador - Pós-Edital

Simulado

Simulado TRT-10 (Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador do TRT-10 (DF/TO)**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Th7eCLMHRtJBudGC6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/LshH>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO: Vício em tecnologia pode estar ligado a quadros de depressão e ansiedade**

Talvez você esteja lendo essa notícia através de seu celular. Ou talvez esteja passeando por essas primeiras linhas pensando nas possíveis notificações que deverá receber nos próximos minutos, preparando-se para alcançar o celular por perto.

Esse impulso, já tão característico de nossa sociedade contemporânea, é o que nos faz interagir nada menos do que 2.617 vezes ao dia, em média, com nossos smartphones. Isso quer dizer que gastamos cerca de 145 minutos (ou duas horas e 25 minutos) tocando, rolando ou pressionando a tela de nossos dispositivos eletrônicos. Para alguns, essa interação é tão forte que ficar longe do celular pode gerar a sensação de nomofobia (pavor de estar distante do aparelho).

A necessidade de estar sempre conectado, em alguns casos, é preocupante e pode ser considerada um vício, tal como o uso excessivo de substâncias psicoativas. É isso que aponta novo estudo realizado na Universidade Estadual de São Francisco, na Califórnia (EUA).

“Gradualmente, o comportamento de vício em smartphone forma conexões neurológicas semelhantes às de viciados em opiáceos, como de pessoas que consomem Oxycotin para aliviar dores”, afirmou um dos pesquisadores.

Além dos dispositivos eletrônicos, outro vício que pode acarretar pontos negativos é a dependência pelas mídias sociais.

Em uma análise com 135 estudantes da Universidade Estadual de São Francisco, os autores do mesmo estudo avaliaram que pessoas que usavam seus aparelhos com mais frequência se sentiam mais isoladas, sozinhas, deprimidas e ansiosas. De acordo com os cientistas, essas sensações são consequências que surgem quando as interações cara a cara são substituídas por uma comunicação sem linguagem corporal e outros sinais reais.

Esses mesmos participantes também mostraram funcionar como multitarefas enquanto estudam, comem, assistem às aulas e consomem algum tipo de mídia. Porém, esse constante número de atividades não permite que seus corpos e mentes tenham tempo para relaxar e se autorregenerar. Segundo os pesquisadores, devido à falta de descanso, todas as atividades são realizadas sem foco necessário e são feitas pela metade, já que a atenção desses estudantes é dividida, e não concentrada.

Para os autores do estudo, o vício pelo mundo digital não é culpa dos indivíduos, mas do desejo das corporações e empresas de tecnologia em aumentar seus lucros. Assim, elas investem em ampliar o número de notificações, vibrações e outros alertas em celulares e computadores e concentrar nossa atenção ali, acionando os mesmos caminhos cerebrais que antes funcionavam fazendo alertas de perigo iminente, como ataques de animais. “Porém, agora, somos dominados por esses mecanismos que antes nos protegiam e garantiam nossa sobrevivência para consumir informações triviais”, avaliou o pesquisador.

Mas há uma saída para tudo isso. Assim como podemos regular nossa alimentação, também podemos encontrar mecanismos para diminuir nosso vício em dispositivos eletrônicos.

Os pesquisadores do estudo indicam que desativar notificações dos celulares e das redes sociais, separar um horário determinado do dia para responder emails e mensagens e estipular horários para realizar tarefas sem quaisquer interrupções são alternativas que funcionam.

Uma estudante da Universidade Estadual de São Francisco, que foi voluntária da pesquisa, deu uma boa dica para curtir mais tempo a vida real: quando ela sai com seus amigos, por exemplo, todos eles devem colocar seus celulares no centro da mesa e aquele que pegar o seu celular primeiro é obrigado a pagar a rodada de drinks.

Até a própria tecnologia pode te ajudar a ficar mais distante dela. A GALILEU separou logo abaixo alguns aplicativos que têm esse propósito:

- Forest (Android e iOS): Você deixaria uma árvore morrer só para dar uma olhadinha no Facebook? Se a sua resposta for não (esperamos que todos digam não!), esse aplicativo é uma ótima opção para você. Ah, pode ficar tranquilo, a árvore é digital. Basicamente, com o Forest, você planta uma árvore e determina o tempo que ela deverá crescer (entre 5 a 120 minutos) e, enquanto você

não usar seu dispositivo, a vida dela está garantida. Porém, se o seu vício por tecnologia falar mais alto, ela irá morrer. Caso você consiga completar seu tempo corretamente, você ganha moedas e pode comprar novas árvores a serem plantadas – e também concluir suas tarefas na vida real. É o fim da procrastinação!

- Focus Lock (Android): Se o seu problema são as distrações em redes sociais e a falta de foco, esse software permite que você bloqueie certos aplicativos pelo tempo que desejar.

- Mental (Android): Já se perguntou quanto tempo você gasta olhando seu celular todos os dias? Esse aplicativo faz essa conta por você e te traz um relatório das redes sociais que você mais usa.

Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2018/04/vicio%20-em-tecnologia-pode-estar-ligado-quados-de-depress%C3%A3o-e-%20ansiedade.html.%20Acesso%20em:%2015%20ago.%202024.>

Com base na leitura do texto, julgue os itens que se seguem

1. De acordo com o texto, sentir necessidade de estar sempre conectado pode ser um vício, semelhante ao abuso de drogas, com consequente alteração comportamental.
2. Depreende-se do texto que há um interesse mercadológico em capturar a atenção dos usuários de dispositivos eletrônicos para o mundo digital.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens que se seguem

3. Em “Assim, há menos chances, menos oportunidades e mais prejuízos”, a forma verbal ‘há’ poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical, por **podem haver**.
4. No segmento “As pessoas elaboraram todo o plano, que prevê investimento em fundos diversos”, o vocábulo “que” tem como referente a expressão “o plano”, que funciona como sujeito da oração expressa pela forma verbal “prevê”.

5. A expressão “bem como”, em “Os núcleos de gestão, bem como os colaboradores, devem zelar por um ambiente harmonioso” exprime ideia de adição.

6. Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aquelas ligadas às” em “As motivações incluem aquelas ligadas às oportunidades de novas atribuições” fosse substituída por **as**.

7. O trecho “Qualquer cenário que colocasse o projeto em risco seria reprovado” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **colocar** no modo subjuntivo.

8. No segmento “Imperava, na primeira metade do século, um homem impiedoso”, o trecho “um homem impiedoso” funciona como complemento direto da forma verbal “imperava”.

9. Em “A forma dele de se portar estava relacionado às vivências de outras épocas”, o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

10. No trecho “A chave do que se esperava”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

Paulo Sousa

11. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB é considerada uma norma de sobredireito, ou seja, uma norma sobre as normas, e parte de seu conteúdo é reconhecido pela jurisprudência como de caráter constitucional, apesar de sua natureza infraconstitucional.

12. A norma jurídica possui função exclusivamente prescritiva, determinando condutas obrigatórias aos indivíduos sem qualquer função descritiva ou valorativa.
13. As normas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB aplicam-se apenas ao direito privado, uma vez que sua origem estava relacionada à introdução do Código Civil de 1916.
14. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, a lei do país onde a obrigação foi constituída regerá as obrigações, salvo disposição em contrário.
15. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, a revogação de uma lei revogadora implica automaticamente na restauração da lei originalmente revogada.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da eficácia das normas constitucionais, julgue o item abaixo.

16. O dispositivo constitucional que prescreve que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais tem eficácia limitada e aplicabilidade indireta.

A respeito das funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo.

17. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

18. Cabe à Advocacia-Geral da União prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, além de representar a União, judicial e extrajudicialmente, em todas as suas demandas.

A respeito da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item abaixo.

19. For força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.

Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise os itens abaixo.

20. É incompatível com a Constituição Federal dispositivo legal que assegura aos portadores de diploma de nível superior prisão especial.
21. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar.
22. É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e sobre a Organização dos Poderes, julgue os itens abaixo.

- 23.** Os Estados-membros, no exercício de sua autonomia, a respeito das autoridades não previstas em lei federal, podem tipificar, mediante lei, crime de responsabilidade, bem como fixar as regras do processo e do julgamento.
- 24.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 25.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos do Presidente da República e de ministros de Estado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

- Maria, servidora pública federal, foi denunciada por um colega por suposta conduta irregular no ambiente de trabalho. A autoridade competente, ao tomar conhecimento da denúncia, determinou a instauração de uma sindicância para apurar os fatos. No curso da apuração, verificou-se que a conduta poderia ensejar a aplicação de pena de suspensão superior a 30 dias. Diante disso, a autoridade decidiu pela abertura de um processo administrativo disciplinar (PAD). Com base na situação apresentada e nas previsões da Lei nº 8.112/1990, julgue as assertivas a seguir:
- 26.** Os prazos prescricionais previstos do processo disciplinar iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato,

interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

- 27.** A autoridade administrativa, ao tomar conhecimento da denúncia contra Maria, tinha discricionariedade para decidir se instauraria ou não um procedimento investigativo, considerando a gravidade da infração.
- 28.** Como a sindicância identificou que a conduta de Maria poderia ensejar penalidade superior a 30 dias de suspensão, a autoridade deveria obrigatoriamente instaurar um processo administrativo disciplinar (PAD), sem possibilidade de aplicar diretamente a penalidade.

Acerca das licitações e contratos administrativos, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 29.** Todos os contratos firmados pela administração, assim como seus aditamentos, devem ser divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- 30.** A celebração de contratos administrativos pode ocorrer de forma eletrônica, desde que sejam atendidas as exigências previstas em regulamento.

Carlos, cidadão brasileiro, protocolou um requerimento junto a um órgão da administração pública federal solicitando a concessão de um benefício ao qual acredita ter direito. Após meses sem resposta, Carlos procurou informações sobre o andamento do processo e foi informado de que ainda não havia uma decisão formal emitida. Além disso, foi identificado que a análise de sua solicitação envolvia três setores distintos dentro do órgão, sendo que havia discordância quanto ao teor da decisão. Com base nessa situação e na Lei nº 9.784/1999, julgue as assertivas a seguir:

31. a administração pública não tem obrigação de responder formalmente ao requerimento de Carlos, podendo decidir de forma tácita conforme sua conveniência.

32. Como a análise do requerimento de Carlos envolve três setores distintos dentro do órgão, a administração poderia utilizar o procedimento da decisão coordenada, desde que a relevância da matéria justificasse essa medida.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

33. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público é ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios, sendo irrelevante a caracterização da intenção do agente em obter benefício a seu favor.

34. O reconhecimento acerca da produção de danos ao erário ou do enriquecimento ilícito dos agentes é indispensável para permitir o sancionamento dos agentes acusados da prática de ato de improbidade que atenta contra os princípios.

Sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, julgue o item a seguir.

35. No caso de extravio de documentos contendo informações solicitadas pelo interessado, o interessado poderá requerer à autoridade competente a apuração do desaparecimento da respectiva documentação, hipótese em que será instaurada sindicância, com o prazo de dez dias para que o responsável pela guarda da informação justifique o fato.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

Sobre a Teoria geral dos Direitos Humanos, as Fontes dos Direitos Humanos e os Direitos humanos e ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens a seguir.

36. Os primeiros registros de escritos sobre Direitos Humanos remontam ao ano de 800 a.C a 200 a.C, no chamado período axial.

37. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a solidariedade pode ser compreendida como atributo da terceira geração de Direitos Humanos.

38. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que, a partir de qualquer acusação em matéria penal, toda a pessoa terá direito a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial.

39. Tratados internacionais de Direitos Humanos que não sejam aprovados por quórum especial, por sua natureza *jus cogens*, passam a servir ao controle de constitucionalidade.
40. O atual paradigma que tutela interesses de pessoas com deficiência defende sua total integração, sendo-lhe atribuída a plena capacidade civil, inclusive para exercer seu direito à adoção, diante da eleição prévia de dois apoiadores, por meio da tomada de decisão apoiada.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Rodrigo Rennó

Acerca das principais Teorias da Administração, julgue os itens que se seguem.

41. Segundo a Teoria das Relações Humanas, fatores como reconhecimento e atenção ao funcionário podem ter impacto direto na produtividade, pois o comportamento social dos empregados influencia seu desempenho.
42. A Teoria Neoclássica, apesar de ser considerada uma atualização das ideias clássicas, mantém a ênfase na estrutura formal e na rigidez hierárquica, não trazendo novos aspectos referentes à flexibilidade no trabalho.
- Acerca do tema gestão de processos, julgue o item que se segue.**
43. A maturidade em processos é o grau em que a organização consegue planejar, executar, controlar e melhorar seus processos de forma sistemática, sendo irrelevante para avaliar a capacidade de entrega de resultados.

Acerca do tema Transparência, julgue os itens que se seguem.

44. Informações pessoais relativas à vida privada e honra de indivíduos permanecem em caráter restrito por até 100 anos, exceto quando houver situação de evidente interesse público que dispense o consentimento do titular para divulgação.
45. De acordo com a LAI, o interessado em obter informações públicas deve justificar seu pedido, demonstrando o interesse específico, pois cabe ao órgão público avaliar a pertinência do motivo apresentado para autorizar o fornecimento.

Acerca do tema Organização, julgue os itens que se seguem.

46. A departamentalização territorial (ou geográfica) exige que todos os produtos e serviços realizados em determinado local sejam agrupados sob a supervisão de um único administrador, sendo especialmente indicada para organizações que atuam em áreas dispersas ou em diferentes regiões.
47. A departamentalização por cliente costuma ser mais introvertida e mais voltada às atividades internas da organização, já que a preocupação principal está na especialização das funções internas e não nas demandas externas.
48. Na departamentalização funcional, cada área foca seus objetivos departamentais, o que pode resultar em isolamento entre os setores e tornar mais complexa a coordenação entre as diversas funções internas.

Acerca do tema Motivação, julgue os itens que se seguem.

49. De acordo com a Teoria de Campo (proposta por Kurt Lewin), o comportamento de um indivíduo em situação de trabalho é um resultado das forças que o impulsionam (dirigem) e das forças que o inibem (restrições), sendo que a motivação para agir deriva exclusivamente dessas forças externas, sem considerar variáveis intrínsecas ao indivíduo.

50. A Teoria ERC, de Alderfer, ao introduzir o princípio de frustração-regressão, admite que mesmo um indivíduo que ainda não tenha suprido necessidades de Existência pode, de forma efetiva, perseguir necessidades de Relacionamento ou de Crescimento, ao contrário do que propõe Maslow em sua hierarquia rígida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. A Lei de Introdução determina ao juiz, ao aplicar a lei estrangeira, a observância do princípio do retorno, ou reenvio.

52. São absolutamente incapazes os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

53. Pode-se requerer a sucessão definitiva, provando-se que o ausente conta 80 anos de idade, e que de 5 datam as últimas notícias dele.

54. São pessoas jurídicas de direito privado os empreendimentos de economia solidária.

55. Para que a lesão conduza à anulabilidade do negócio jurídico, exige-se que a parte favorecida tenha atuado com dolo de aproveitamento.

56. A prescrição intercorrente observará o prazo de prescrição da pretensão, reduzido à metade.

57. Resolvendo-se a obrigação indivisível em perdas e danos, por culpa de um dos co-devedores, ficarão exonerados os outros, respondendo apenas o culpado pelas perdas e danos.

58. Em matéria de vícios redibitórios, de acordo com o Código Civil, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento do preço no prazo de 90 dias, se a coisa for móvel, contado da ciência do vício.

59. No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.

60. A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

61. O possuidor com justo título tem por si a presunção de posse justa, salvo prova em contrário.

62. O direito de superfície pode transferir-se por morte do superficiário aos seus herdeiros.

63. É possível a aceitação da herança em parte.

64. Nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, a obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

65. Cláudio ajuizou ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Maria, visando receber quantia oriunda de nota promissória. Citada, Maria ficou-se inerte, não apresentando bens à penhora e nenhuma resistência ao andamento do feito. Diante disso, Cláudio requereu a penhora da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) encontrada na conta poupança de Maria, bem como o seu único veículo, que Maria utiliza para o seu trabalho, como motorista de aplicativo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base no Código de Processo Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

Ambos os bens são impenhoráveis por força do disposto no Código de Processo Civil.

66. Cláudio ajuizou ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Maria, visando receber quantia oriunda de nota promissória. Citada, Maria ficou-se inerte, não apresentando bens à penhora e nenhuma resistência ao andamento do feito. Diante disso, Cláudio requereu a penhora da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) encontrada na conta poupança de Maria, bem como o seu único veículo, que Maria utiliza para o seu trabalho, como motorista de aplicativo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base no Código de Processo Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

Ao despachar a inicial, o juiz deve ter fixado, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. Caso Maria tivesse efetuado o pagamento integral no prazo legal, o valor dos honorários advocatícios deveria ter sido reduzido pela metade.

67. Cláudio ajuizou ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Maria, visando receber quantia oriunda de nota promissória. Citada, Maria ficou-se inerte, não apresentando bens à penhora e nenhuma resistência ao andamento do feito. Diante disso, Cláudio requereu a penhora da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) encontrada na conta poupança de Maria, bem como o seu único veículo, que Maria utiliza para o seu trabalho, como motorista de aplicativo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base no Código de Processo Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

Caso Maria tenha valores a receber a título de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), esses poderão ser penhorados exclusivamente em relação aos honorários sucumbenciais devidos ao advogado de Cláudio, diante de sua natureza alimentar.

68. Julgue os itens seguinte, relativo à liquidação e ao cumprimento de sentença.

A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso

69. Julgue os itens seguinte, relativo à liquidação e ao cumprimento de sentença.

Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo.

70. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

É exigida a publicação do ato decisório na imprensa oficial para que se inicie o prazo processual contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos, não sendo suficiente a mera publicação em cartório.

71. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

Em ação de compensação por danos morais, os honorários advocatícios sucumbenciais não podem ser fixados por equidade.

72. Acerca da aplicação das normas processuais, julgue o item subsecutivo.

Na ausência de normas que regulem processos trabalhistas, as disposições do Código de Processo Civil lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

73. Acerca da aplicação das normas processuais, julgue o item subsecutivo.

A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

74. Acerca da incompetência, julgue o item subsecutivo.

A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

75. Acerca dos deveres das partes e de seus procuradores, julgue o item subsecutivo.

O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.

76. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca dos procuradores, julgue o item subsequente.

O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

77. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da sucessão das partes e dos procuradores, julgue o item subsequente.

A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, altera a legitimidade das partes.

78. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

O trânsito em julgado da decisão que aprecia pedido de desconsideração da personalidade jurídica torna a questão preclusa para as partes da relação processual, inviabilizando a dedução de novo requerimento com base na mesma causa de pedir.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre o direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

79. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e o valor dos depósitos junto ao FGTS.

80. Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.

81. A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que seja contratada por tempo determinado.

82. A mãe trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

83. As gorjetas integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de horas extras, repouso semanal remunerado, aviso-prévio e adicional noturno.

84. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado indicado para compor comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio, ainda que na condição de suplente.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, bem como o regramento geral de licitações e contratos, julgue os dois itens a seguir.

85. A duração do trabalho do empregado submetido a turnos ininterruptos de revezamento se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

86. Nas contratações de trabalhadores por prazo determinado, caso o empregador tome a iniciativa de extinguir o contrato imotivadamente, deverá pagar ao empregado indenização equivalente à metade da remuneração a que o obreiro faria jus até o fim do contrato.

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre o direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

87. Supondo que determinada empregada faltou ao serviço por 6 dias dentro do período aquisitivo e que o empregador não determinou o correspondente desconto, pode-se afirmar que a trabalhadora fará jus a 30 dias corridos de férias.

88. A fluência de benefícios de auxílio-doença pelo INSS não prejudica o direito a férias.

89. Caso o empregado seja contratado e posteriormente seja convocado para o serviço militar obrigatório, o tempo de serviço anterior à apresentação militar será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.

90. No caso de férias coletivas, só será devido o pagamento de abono de férias quando previsto em acordo coletivo de trabalho.

91. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, inclusive se a expiração do primeiro se deu em virtude da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

92. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

93. De acordo com recente entendimento do STF, a justiça do trabalho não detém competência para processar e julgar de ofício a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto dos acordos por ela homologados.

94. É cabível recurso ordinário caso o juiz declare a incompetência absoluta em razão da matéria da justiça do trabalho e determine a remessa dos autos à justiça comum.

- 95.** Um cidadão postulou ação cautelar em causa própria em tema que envolve matéria sindical, mas não comprovou sua condição de advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB. Assertiva: Nessa situação, aplicado o jus postulandi, será conhecida e processada regularmente a ação.
- 96.** Quando estiver representando o município em juízo, o procurador estará dispensado da juntada de procuração e de comprovação do ato de nomeação durante todo o processamento da demanda, especialmente no caso de reclamação trabalhista de rito sumaríssimo.
- 97.** No que se refere aos procedimentos, à reclamação, à prescrição e à competência na justiça do trabalho, julgue o item que se segue. Situação hipotética: Um empregado ajuizou uma reclamação trabalhista em que pedia horas extras e aviso prévio, mas, por não ter comparecido à audiência inaugural, a demanda foi arquivada. Proposta nova ação, dois meses depois do arquivamento, no mesmo juízo, o mesmo reclamante requereu apenas as horas extras. Assertiva: Nessa hipótese, o TST entende que a prescrição deve ser interrompida, mas apenas em relação às horas extras.
- 98.** Presume-se recebida a notificação 72 horas depois de sua postagem. O não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- 99.** A respeito da ação rescisória no processo do trabalho, julgue o item subsequente. Em ação rescisória, se a parte ré, citada para apresentar defesa, permanecer inerte, serão aplicados os efeitos da confissão, por não ter sido a ação rescisória contestada.
- 100.** Se o reclamado não comparecer à audiência de instrução, será declarado confesso, exceto se, na impossibilidade de locomoção para participar do ato onde poderia ser ouvido, apresentar justificativa relevante e consistente.
- 101.** Nos dissídios individuais, o juiz deve provocar a apresentação da primeira proposta conciliatória logo após a entrega da defesa escrita ou a apresentação de defesa oral.
- 102.** No processo do trabalho, o reclamante que der causa a dois arquivamentos seguidos de reclamação trabalhista em face de seu não comparecimento à audiência fica definitivamente impossibilitado de exercer novamente o direito de reclamar perante a justiça do trabalho, se a nova ação envolver o mesmo reclamante, reclamado e objeto.
- 103.** No caso de o reclamado não comparecer à audiência inaugural e não justificar a sua ausência, o processo será arquivado.
- 104.** Iniciada a fase de execução e penhorados os bens, o executado poderá apresentar embargos, nos quais a matéria de defesa deverá restringir-se às alegações de quitação, prescrição da dívida ou cumprimento da decisão ou do acordo.
- 105.** Acerca do MPT e da execução no direito processual do trabalho, julgue o item subsequente. Em execução trabalhista, o TST não admite a penhora sobre a renda mensal ou o faturamento da empresa, uma vez que esse expediente, independentemente do percentual confiscado, comprometeria o desenvolvimento regular de suas atividades.

106. É cabível mandado de segurança para atacar decisão de antecipação da tutela deferida no bojo da sentença, uma vez que o recurso ordinário não possui efeito suspensivo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

107. Marcos trabalha em uma empresa de logística e sofreu um acidente de trabalho que resultou na perda parcial da mobilidade de sua mão direita, reduzindo aproximadamente 5% sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Apesar da sequela, ele retornou ao trabalho na mesma função. Diante do caso exposto, podemos afirmar que Marcos pode requerer o auxílio-acidente, mesmo continuando empregado.

108. Joana, empregada doméstica, sofreu um acidente doméstico e precisou se afastar do trabalho por 45 dias. Diante da situação apresentada, Joana não tem direito ao auxílio por incapacidade temporária, pois empregadas domésticas não possuem esse benefício.

109. Lucas, um menor aprendiz de 15 anos, foi contratado para trabalhar em uma empresa de tecnologia. Devido à sua condição de aprendiz, ele não é considerado segurado obrigatório da Previdência Social.

110. Roberto, servidor público federal, ocupa exclusivamente um cargo em comissão no órgão em que trabalha. Nesse caso, ele é automaticamente vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores federais.

111. Paulo, um motorista de aplicativo, trabalha de forma autônoma e sem vínculo empregatício com qualquer empresa. Por essa atividade, Paulo deve se inscrever no RGPS como contribuinte individual.

112. Ana, segurada especial, trabalha na agricultura familiar e recebeu uma proposta para trabalhar temporariamente como recepcionista por seis meses. Mesmo aceitando o emprego, ela continuará sendo considerada segurada especial.

113. Rafael, pescador artesanal, utiliza uma embarcação de médio porte e trabalha em parceria com outros pescadores. Por essa condição, ele pode ser enquadrado como segurado especial no RGPS.

114. Carla, diarista, presta serviços para diferentes famílias, sem vínculo empregatício e com total autonomia na escolha dos dias de trabalho. Nessa situação, ela deve ser enquadrada como segurada empregada no RGPS.

115. Marcos é servidor público federal e ingressou no cargo efetivo em 2016. Seu salário supera o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Diante dessa situação, Marcos deve obrigatoriamente aderir à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

116. A unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em um único sistema nacional ocorreu em 1966, com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

117. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída em 1993, garantiu a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

118. Uma microempresa que auferir receita bruta mensal inferior ao limite do Simples Nacional está isenta de qualquer contribuição para a seguridade social.

119. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por decreto federal.

120. Carlos, companheiro de Tiago, faleceu. Eles viviam em união estável há três anos, mas não tinham filhos. Como a legislação previdenciária não reconhece relações homoafetivas sem filhos em comum, Tiago não terá direito à pensão por morte.

Discursiva

Determinada Lei estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, impôs aos órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do estado a obrigação de divulgar na imprensa oficial e na Internet os dados básicos relativos a contratos de obras públicas nas rodovias estaduais e criou o Conselho de Comunicação Social do estado, destinado a orientar seus órgãos de comunicação. A lei previu a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do poder público na composição desse conselho.

Considerando a situação hipotética apresentada e as regras relacionadas ao processo legislativo e à distribuição de competência entre os entes da Federação, disserte sobre a constitucionalidade da lei editada, abordando, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF), os seguintes aspectos:

- a) A repartição da competência legislativa entre a União e os estados membros, conforme a CF e a doutrina;
- b) A competência da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação;
- c) O vício de iniciativa no processo legislativo.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
